



**INSTITUTO FEDERAL**  
Sertão Pernambucano

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO  
PERNAMBUCANO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPIP)  
CAMPUS SALGUEIRO  
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM METODOLOGIAS DO ENSINO DE LÍNGUAS**

**ANA LUCIA BALBINO DA SILVA**

**DEFICIÊNCIA VISUAL E PROFICIÊNCIA LEITORA: CONTRIBUIÇÕES DAS  
PESQUISAS DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO CEARÁ**

**Pernambuco  
Junho/2025**

**ANA LUCIA BALBINO DA SILVA**

**DEFICIÊNCIA VISUAL E PROFICIÊNCIA LEITORA: CONTRIBUIÇÕES DAS  
PESQUISAS DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO CEARÁ**

Artigo Científico apresentado ao curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Metodologias do Ensino de Línguas, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Metodologias do Ensino de Línguas.  
Orientadora: Dra. Kélvya Freitas de Abreu

Pernambuco

Junho/2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

B172 Balbino da Silva, Ana Lucia.

Deficiência visual e proficiência leitora: contribuições das pesquisas das instituições públicas do Ceará / Ana Lucia Balbino da Silva. - Salgueiro, 2025. 24 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Metodologias do Ensino de Línguas) -Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Salgueiro, 2025.  
Orientação: Prof. Dr. Kélvya Freitas de Abreu.

1. Educação. 2. Educação inclusiva. 3. Língua portuguesa. 4. Material didático. I. Título.

CDD 370

---

Gerado automaticamente pelo sistema Geficat, mediante dados fornecidos pelo(a) autor(a)

ANA LUCIA BALBINO DA SILVA

DEFICIÊNCIA VISUAL E PROFICIÊNCIA LEITORA: CONTRIBUIÇÕES DAS  
PESQUISAS DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO CEARÁ

Artigo Científico apresentado ao curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Metodologias do Ensino de Línguas, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Metodologias do Ensino de Línguas.  
Orientadora: Dra. Kélvya Freitas de Abreu

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Kélvya Freitas Abreu (EMEL/IFSertãoPE)

\_\_\_\_\_  
Profa. Ms. Maria Patrícia Lourenço Barro (EMEL/IFSertãoPE )

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Cíntia Luiza Mascarenhas de Souza Albuquerque (IFSertãoPE)

\_\_\_\_\_  
Dra. Jardiene Leandro Ferreira (EMEL/IFSertãoPE)

\_\_\_\_\_  
Profa. Ms. Renata Sorah de Sousa e Silva (SEDUC/IFCE)

*Dedico este trabalho ao meu Deus, ao meu marido e ao  
meu querido filho...*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por me sustentar em cada passo desta jornada, pela força, sabedoria e serenidade concedidas. Ao meu esposo e ao meu filho, por estarem sempre ao meu lado, com amor, paciência e incentivo constante durante toda minha caminhada acadêmica.

À professora Kélvya Freitas de Abreu, minha orientadora, cuja presença atenta, empatia e gentileza foram fundamentais para que eu prosseguisse com confiança. Sua orientação fez toda a diferença em minha trajetória.

À minha querida amiga Renata Sorah, linguista generosa e parceira de todas as horas, meu sincero reconhecimento pelo apoio incansável.

Expresso, ainda, minha gratidão às professoras Maria Patricia, Cintia Luiza e Jadiene Leandro, que contribuíram de maneira significativa para a construção e finalização deste trabalho.

A todas e todos, meu muito obrigada.

*"Eu sou mais forte do que eu"*  
*Clarice Lispector*

## RESUMO

O presente artigo apresenta uma revisão de literatura sobre pesquisas realizadas no estado do Ceará, com foco na deficiência visual e na proficiência leitora em Língua Portuguesa. A educação inclusiva no Brasil é contextualizada por meio de marcos legais e políticos, desde a Constituição Federal de 1988 até a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). São abordados os desafios enfrentados por alunos com deficiência visual no sistema educacional, especialmente no que se refere ao acesso a materiais didáticos adaptados e à formação adequada de professores. A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, analisou dissertações e teses de universidades públicas cearenses no período de 2015 a 2024, com o objetivo de identificar estratégias e recursos que contribuíssem para o desenvolvimento da leitura em estudantes com deficiência visual. Os resultados apontam para um esforço crescente na produção de conhecimento sobre a temática, bem como para a necessidade de investimentos contínuos na formação de professores e na elaboração de materiais acessíveis.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva. Língua Portuguesa. Material didático.

## **ABSTRACT**

This article presents a literature review on research carried out in the state of Ceará, focusing on the theme of visual impairment and reading proficiency in Portuguese. Inclusive education in Brazil is contextualized through legal and political frameworks, from the Federal Constitution of 1988 to the Brazilian Inclusion Law (Law nº. 13,146/2015). The challenges faced by visually impaired students in the education system are addressed, especially with regard to access to adapted teaching materials and teacher training. The research, of a qualitative and bibliographic nature, analyzed dissertations and theses from public universities in Ceará in the period from 2015 to 2024, seeking to identify strategies and resources that contribute to the development of reading in students with visual impairment. The results point to a growing effort in the production of knowledge on the subject, but also to the need for greater investments in continuing education of teachers and in the production of accessible materials.

**Keywords:** Inclusive education. Portuguese Language. Teaching material

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Proficiência Leitora deficiente visual

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>10</b>
2.1 Deficiência visual.....	10
2.2 Proficiência leitora.....	12
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>14</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>18</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva no Brasil fundamenta-se em uma série de pressupostos legais e políticos que buscam garantir o direito à educação para todos os indivíduos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou múltiplas. Quando se reflete em inclusão, é essencial destacar, em primeiro lugar, a Constituição Federal de 1988, considerada a Carta Magna do país, que assegura a igualdade de todos perante a lei (Brasil, 1988, art. 5º). Esse princípio constitucional não apenas consolida um marco legal, mas também serve como alicerce para a elaboração de políticas públicas voltadas à promoção da inclusão e da equidade no sistema educacional brasileiro.

No entanto, a concretude de tais direitos na história da Educação brasileira manifesta-se através de mais lutas políticas e sociais mediante documentos legais. Um marco relevante no período imperial foi a criação do Instituto Benjamin Constant, em 1854, para atender pessoas com deficiência visual (Decreto 14.428/1854). O Instituto foi criado para, no ano de 1958, através do Art. I, instituir a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação deste público (Brasil, Decreto. 44.236/1958). Nesse sentido, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Brasil, 1996, art.58) define a Educação Especial e o seu público, reafirmando o primeiro princípio para o ensino, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (Brasil, 1996, Art. 3º).

Diante desse cenário, ocorreram outros marcos históricos decisivos para a Educação Inclusiva, como a Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1998) e a Declaração de Salamanca, que se tornou uma referência global para o movimento inclusivo (UNESCO, 1998). Assim, em resposta ao avanço das políticas públicas voltadas para a inclusão escolar e educação especial, fruto de intensas mobilizações e conquistas sociais, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) determina, de forma clara, que o sistema educacional deve ser inclusivo em todos os níveis, reforçando o compromisso com a educação inclusiva, e estabelecendo diretrizes para garantir que todos os estudantes, independentemente de suas necessidades, tenham acesso a um ambiente educacional equitativo e adaptado, garantindo condições adequadas para o aprendizado das pessoas com deficiência.

Nessa perspectiva, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas e estratégias para a inclusão, promovendo a formação de professores, a adaptação de currículos e a acessibilidade nas escolas. Além disso, o Decreto nº 7.611/2011 regulamenta a Educação Especial, garantindo recursos, apoio e serviços especializados para uma Educação Inclusiva de qualidade. Essas normativas visam criar um ambiente educacional que valorize a diversidade e promova a igualdade de oportunidades para todos os estudantes.

Dado o exposto, as prerrogativas das Leis e decretos instituídos no Brasil, a matrícula e inclusão dos estudantes com deficiência no sistema regular de ensino são garantidas. Dessa forma, a Lei 13.146/2015 assegura as adaptações necessárias para o atendimento às características inerentes a cada estudante com deficiência, além de condições de igualdade no acesso ao currículo escolar (Brasil, 2015, art. 27. Inc. III) e às Tecnologias Assistivas (TA) <sup>1</sup>para o acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos e métodos e serviços, além da maximização da autonomia e mobilidade pessoal (Brasil, 2015, art. 74).

No entanto, mesmo diante dessas garantias e avanços normativos, a realidade ainda apresenta desafios significativos a serem enfrentados, especialmente no que se refere à inclusão de alunos com deficiência visual no contexto escolar (Ribeiro, 2017).

Apesar das políticas públicas e das legislações vigentes assegurarem o direito à educação inclusiva em todos os níveis, muitos estudantes com deficiência, em especial a visual, foco de nossa investigação, ainda encontram barreiras que limitam sua participação plena e efetiva no ambiente educacional (Melo, 2025).

No tocante a tais questões, são necessárias algumas reflexões: Como podemos falar em inclusão se muitos alunos com deficiência visual ainda não têm acesso a materiais didáticos adaptados? Será que a educação é verdadeiramente inclusiva quando a maioria dos livros e textos ainda não são disponíveis em Braille ou em formatos acessíveis? Os professores estão realmente preparados para ensinar Língua Portuguesa a alunos com deficiência visual? Como podemos esperar que alunos com deficiência visual se sintam incluídos se suas necessidades são frequentemente ignoradas no planejamento das aulas? O que significa, de fato, 'ler'

---

<sup>1</sup> Tecnologia Assistiva - TA é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão. (Bersch & Tonolli, 2006)

para um aluno com deficiência visual, e como a escola pode garantir que essa experiência seja significativa?

Como educadora ao longo desses anos e integrante do grupo de estudos e pesquisas: Grupo de Estudos Tecendo Redes Cognitivas de Aprendizagem (G-TERCOA/CNPq), que integra pesquisadores, doutorandos, mestrandos, graduandos e professores da Rede Básica e da Educação Superior, tenho participado de estudos que enfatizam a inclusão da pessoa com deficiência visual na sala de aula regular. A pauta inclusiva integra os estudos e debates do G-TERCOA, provocando nossa inquietação em entender como ocorrem as práticas educacionais inclusivas na Educação Básica.

No caso específico das aulas de Língua Portuguesa, as barreiras tornam-se ainda mais evidentes, devido à natureza visual da escrita e da leitura. Além disso, a falta de formação adequada dos professores para trabalhar com recursos de Tecnologia Assistiva, como *softwares* de leitura de tela e materiais em Braille, contribui para a perpetuação de práticas excludentes.

Este estudo tem como *lócus* o estado do Ceará, local de residência da autora, e focaliza a seguinte questão: quais são os estudos e pesquisas desenvolvidos no recorte temporal de 2015 a 2024 sobre a proficiência leitora em Língua Portuguesa, tendo como público-alvo alunos com deficiência visual da educação básica? Além disso, busca identificar quais recursos e estratégias têm sido utilizados para promover a inclusão e o desenvolvimento desses estudantes.

O recorte temporal foi escolhido com base nos resultados do PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, que têm impulsionado discussões e melhorias educacionais no Brasil, bem como na necessidade de fomentar pesquisas que contribuam para tal.

Vale ressaltar a relevância de refletir sobre estratégias que promovam a inclusão efetiva de alunos com deficiência visual nas aulas de Língua Portuguesa, garantindo não apenas o acesso ao conhecimento, mas também a participação ativa e significativa desses estudantes no processo de letramento em Leitura, considerando as suas especificidades.

Este artigo busca discutir essas questões, propondo caminhos para superar os desafios e fortalecer a inclusão neste contexto.

A estrutura do trabalho está organizada da seguinte forma: na primeira seção, será apresentado o conceito de deficiência visual, seus desafios e possibilidades no

contexto educacional. A segunda seção discutirá a proficiência leitora e sua relevância para o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes. Na terceira seção, será detalhado o delineamento metodológico da pesquisa, seguido pela apresentação e discussão dos resultados. Por fim, serão apresentadas as considerações finais, destacando as contribuições do estudo para a área da educação inclusiva.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Deficiência visual**

A deficiência visual abrange desde a baixa visão até a cegueira total, impondo limitações significativas que podem impactar na autonomia e participação social do indivíduo. Assim, de acordo com o Decreto nº 5.296/2004, Capítulo II, Artigo 5º, são estabelecidos os critérios para a definição da deficiência visual, que é classificada em duas categorias principais. A primeira é a cegueira, caracterizada por uma acuidade visual igual ou inferior a 0,05 no melhor olho, mesmo com o uso de correção óptica. A segunda é a baixa visão, diagnosticada quando a acuidade visual se situa entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, também com correção. Além disso, o decreto prevê a inclusão de casos em que o campo visual esteja reduzido a 60 graus ou menos ou quando houver a associação dessas condições (Brasil, 2004).

Sobre tais aspectos a Lei 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, representa um avanço significativo na promoção da inclusão e na garantia dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Cabe enfatizar que seu propósito é assegurar que todos tenham igualdade de oportunidades, autonomia e acessibilidade, eliminando barreiras e prevenindo qualquer forma de discriminação.

Além de estabelecer normas para tornar espaços públicos e privados mais acessíveis, a lei também define direitos fundamentais nas áreas de educação, trabalho e saúde. Outro ponto importante é a regulamentação do atendimento prioritário e a valorização da participação das pessoas com deficiência nas decisões que impactam suas vidas.

Dessa forma, a partir do avanço das discussões sobre acessibilidade e reconhecimento dos diferentes graus de deficiência, a Lei nº 14.126/2021 ampliou esse entendimento ao classificar a visão monocular como uma deficiência sensorial

do tipo visual, assegurando a essas pessoas os mesmos direitos garantidos às demais deficiências.

No tocante à deficiência visual, os estudos de Brandão (2011, p. 11) apontam que a cegueira é uma deficiência sensorial que compromete a percepção de informações visuais, tornando imprescindível o uso de outras formas de compreender e interagir com o mundo ao redor, o que requer adaptações específicas para favorecer sua inclusão e participação social.

O aluno deficiente visual, conforme Brandão (2011), faz uso de seus sentidos remanescentes, como o tato, a audição e o olfato para interagir com o ambiente e construir sua percepção do mundo. O tato, em especial, desempenha um papel fundamental na exploração dos objetos e na apreensão das formas, texturas e dimensões espaciais. Paralelamente, a audição permite não apenas estabelecer comunicação verbal, mas também localizar e identificar pessoas e elementos no espaço, contribuindo para a orientação e a mobilidade. Da mesma forma, o olfato auxilia na identificação de indivíduos, objetos e ambientes, agregando informações sensoriais essenciais para sua adaptação e independência.

Um dado importante a ser destacado diz respeito à efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, garantidos pela Lei nº 13.146/2015, no estado do Ceará. Esses direitos vêm se concretizando por meio do aumento das matrículas de alunos com deficiência nas salas de aula do ensino regular, sinalizando avanços significativos no processo de inclusão escolar.

De acordo com informações divulgadas pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), em parceria com o Sistema de Estatísticas da Educação Básica (SEEB) e o Censo Escolar do Ministério da Educação (MEC), observa-se um crescimento expressivo no número de estudantes com deficiência frequentando turmas regulares entre os anos de 2012 e 2020. Em 2012, o estado registrava 31.626 alunos com deficiência matriculados em classes comuns; já em 2020, esse número subiu para 66.741.

Dentre esses dados, chama atenção a presença de estudantes com deficiência visual, incluindo aqueles com cegueira total, que hoje fazem parte das turmas regulares. Em 2020, foram registradas 2.777 matrículas de alunos com baixa visão e 23 estudantes com surdocegueira em classes comuns, números que refletem um movimento constante de inclusão e o reconhecimento da escola como espaço de todos. Esse cenário revela não apenas o cumprimento de um direito

legal, mas o avanço para a possibilidade de uma prática educacional mais justa, humana e inclusiva.

No tocante a tais resultados, é imprescindível que práticas pedagógicas voltadas para a inclusão de alunos deficientes visuais sejam estruturadas de maneira a potencializar esses sentidos, proporcionando recursos acessíveis e estratégias específicas que favoreçam a aprendizagem. O uso do *Braille*<sup>2</sup>, de materiais táteis e de tecnologias assistivas, bem como a adoção de metodologias que estimulem a audição e a exploração tátil, torna-se essencial para garantir um ensino equitativo. Além disso, a construção de um ambiente educacional inclusivo passa pelo compromisso de educadores em desenvolver abordagens que respeitem e valorizem as diferentes formas de percepção e cognição.

## 2.2 Proficiência leitora

A língua materna exerce um papel essencial na educação formal, pois é por meio dela que os indivíduos constroem conhecimento, interagem com o mundo e se apropriam das diversas áreas do saber. Além disso, o domínio da língua escrita e oral influencia diretamente na capacidade dos alunos de refletirem, argumentarem e construir novos conhecimentos. Dessa forma, a escola, por meio da educação formal, desempenha o papel fundamental de transmitir a cultura às novas gerações (Azevedo & Rowell, 2009).

No entanto, os resultados dos estudantes brasileiros, no que tange à proficiência leitora, através do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - (PISA), ainda são bem preocupantes, reforçando a necessidade de investir em práticas pedagógicas mais eficazes, que promovam a leitura e a escrita de maneira significativa, garantindo que os alunos desenvolvam as competências necessárias para interpretar, argumentar e utilizar a linguagem de forma autônoma e reflexiva (Brasil, 2022, p. 16).

Na avaliação do PISA, o Brasil faz parte de um estudo comparativo, em que os resultados permitem que cada país avalie o desempenho de seus estudantes em nível global, identificando desafios, e aprendendo boas práticas internacionais,

---

<sup>2</sup> Braille- Sistema de leitura e escrita criado especialmente para pessoas cegas ou com baixa visão. Ele utiliza combinações de pontos em relevo organizados em uma célula com até seis pontos, que formam letras, números, sinais de pontuação e até símbolos matemáticos e musicais. A leitura é feita pelo tato, passando os dedos sobre os pontos (COMISSÃO BRASILEIRA DE BRAILLE, 1998)

assim como aperfeiçoando suas políticas educacionais com o objetivo de melhorar a qualidade e equidade do ensino. Destarte, o programa verifica se os estudantes de 15 anos atingiram o pleno desenvolvimento das habilidades essenciais para atuar de forma ativa na sociedade e no mercado de trabalho (OCDE, 2024).

Assim, os resultados do ano 2000, 2009 e 2012 tinha como foco a avaliação apenas em leitura, sendo a partir 2012 a OCDE<sup>3</sup> (2013), adotou o letramento como proficiência leitora, definindo-o como “...a capacidade de compreender, utilizar, refletir e envolver-se com textos escritos, com a função de alcançar uma meta, desenvolver seu conhecimento e seu potencial, e participar da sociedade” (OCDE, 2013).

Os resultados do PISA possibilitam que os países comparem o desempenho de seus estudantes ao de outras nações e, a partir das experiências internacionais, aprendam e orientem políticas educacionais voltadas à melhoria da qualidade e da equidade da aprendizagem. O PISA avalia, em todas as edições, os domínios de Leitura, Matemática e Ciências, com foco principal alternado em um deles a cada ciclo (Brasil, 2020). Em 2018, o domínio da Leitura foi o foco principal da edição.

Nos países da OCDE, 77,4% dos estudantes conseguiram alcançar pelo menos a proficiência no Nível 2 em letramento em Leitura. No Brasil, no entanto, esse patamar foi atingido por apenas metade dos alunos (50%), revelando um importante desafio para a educação brasileira.

De acordo com os dados do relatório 2018, o estudante com proficiência no nível 2 compreende:

[...] os leitores conseguem identificar a ideia principal em um texto de tamanho moderado. Eles conseguem entender as relações ou interpretar o significado em uma parte específica do texto quando a informação não é destacada, produzindo inferências básicas e/ou quando o(s) texto(s) inclui(em) alguma informação distratora. Eles conseguem selecionar e acessar uma página em um conjunto com base em solicitações explícitas, embora às vezes complexas, e localizar uma ou mais informações com base em vários critérios parcialmente implícitos. Os leitores do Nível 2 conseguem, quando explicitamente informados, refletir sobre o objetivo geral, ou sobre o objetivo de detalhes específicos, em textos de tamanho moderado. Eles conseguem refletir sobre características visuais ou tipográficas simples. Eles conseguem comparar argumentação e avaliar os motivos que a sustentam com base em declarações breves e explícitas. (Brasil, 2020)

Os resultados do PISA 2022, revelaram estabilidade, apontando que 50% dos estudantes atingiram o nível 2 ou superior em leitura (média da OCDE: 74%).

---

<sup>3</sup> OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Brasil, 2025)

Assim, os dados indicam que no Brasil, apenas 2% dos estudantes atingiram o nível 5 ou superior em leitura (média da OCDE: 7%), representando que estes estudantes podem “compreender textos longos, lidar com conceitos abstratos ou contraintuitivos e estabelecer distinções entre fato e opinião, com base em dicas implícitas relativas ao conteúdo ou à fonte da informação.” (INEP, 2023).

Em contrapartida, destaca-se que de acordo com a OCDE, os estudantes que alcançam proficiência no nível 2 em letramento em Leitura, passam a apresentar habilidades fundamentais para usar a leitura como uma ferramenta na aquisição de conhecimento e na resolução de problemas do cotidiano. Por outro lado, aqueles que não atingem esse nível têm dificuldades em lidar com textos que são desconhecidos ou que possuem maior extensão e complexidade.

Dessa forma, esses dados revelam a necessidade de investimento no campo educacional brasileiro, assim como na formação docente.

Diante dessa realidade há uma inquietação em relação aos grupos minoritários, que possuem limitações, e que precisam de um olhar específico e de recursos adaptados para que possam desenvolver a proficiência leitora. O aluno com deficiência visual que está inserido no sistema regular de ensino da educação básica necessita desse olhar e de recursos e estratégias específicas, que favoreçam o desenvolvimento da proficiência leitora, assim como o uso do Braille. No Quênia, há estudos sobre a proficiência no Braille, como um meio para o bom desempenho dos alunos com deficiência visual na escola e academia (WANJA *et al.*, 2021).

### **3 METODOLOGIA**

Na pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, concentra-se na identificação e interpretação de dados textuais (dissertações) para compreender o fenômeno da proficiência leitora em alunos com deficiência visual e bibliográfica, pois a coleta de dados é realizada por meio da análise de materiais já publicados, especificamente dissertações e teses acadêmicas. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Prodanov (2013), configura-se em uma pesquisa realizada a partir de material já publicado, como livros, revistas, publicações [...]. Assim, esta pesquisa procura identificar os estudos e pesquisas desenvolvidos no recorte temporal de 2015 a 2024 sobre a proficiência leitora em Língua Portuguesa tendo como público-alvo alunos com deficiência visual da educação básica.

Dessa forma, a pesquisa realizou um recorte temporal, com base nos resultados do PISA, que revelaram baixos índices em proficiência leitora (letramento em Leitura), e considerando o vigor da lei brasileira de inclusão ter se efetivado no ano de 2015, garantindo o direito da pessoa com deficiência à educação e matrícula no ensino regular. Assim, ressalta-se a relevância de refletir sobre estratégias que promovam a inclusão de alunos com deficiência visual nas aulas de Língua Portuguesa garantindo não somente o acesso ao conhecimento, mas a participação ativa e significativa desses estudantes no processo de letramento em Leitura, considerando as suas especificidades.

Nesse sentido, procura-se encontrar pesquisas científicas do estado do Ceará, que apresentem recursos e estratégias que possam beneficiar o desenvolvimento da leitura em alunos com deficiência visual e/ou baixa visão. Com base nos indicadores de baixos índices do PISA, foi realizado um levantamento de dissertações, nos repositórios de três Universidades públicas do Ceará: Universidade Federal do Ceará (UFC), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Fortaleza, (IFCE) e Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), com objetivo de identificar trabalhos relevantes que possam contribuir com o desenvolvimento da leitura em alunos deficientes visuais da educação básica. Para a organização dos achados, para cada universidade foi construído um código: D1- Dissertações encontradas da UFC, D2 dissertações encontradas do IFCE e D3- Dissertações encontradas na UVA, com temáticas voltados para o objetivo deste estudo.

Quadro 1- Proficiência Leitora deficiente visual

D1	D2	D3
2016- Um modelo de audiogame móvel acessível e customizável para práticas ortográficas com o Braille <a href="http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/46812">http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/46812</a>	XXXX	XXXX
2018- Áudio games no processo de aprendizagem de deficientes visuais: análise sob o aspecto da mediação da informação <a href="http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/36488">http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/36488</a>	XXXX	XXXX

2024- O uso da audiodescrição como ferramenta no ensino de língua inglesa na escola pública <a href="http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/77560">http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/77560</a>	XXXX	XXXX
2024- Guia interativo para auxiliar professores no ensino de língua espanhola para pessoas com deficiência visual mediado por tecnologias digitais <a href="http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/78344">http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/78344</a>	XXXX	XXXX
2024- Educação musical para estudantes com deficiência visual mediada pela flauta doce <a href="http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/76807">http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/76807</a>	XXXX	XXXX

Fonte: Própria autora (2025)

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No repositório da Universidade Federal do Ceará, dentro da temática deficiência visual, através do descritor “deficiência visual”, foram achados 284 trabalhos dentre artigos, guias, livros, material acessível, resumo, capítulos de livro, artigos de eventos, artigos de periódicos, TCC, dissertações e teses.

Para este levantamento considerou-se apenas as dissertações, com questões voltadas para deficiência visual e leitura. Nesse sentido, com o descritor “deficiência visual” foram encontradas 61 Dissertações, dentre estas foram utilizadas as que se relacionam deficiência visual e leitura, contendo recursos e estratégias que favorecem a proficiência leitora. Assim, encontraram-se pesquisas significativas para o desenvolvimento da competência leitora do estudante com deficiência visual.

A dissertação intitulada “Uma proposta para acessibilidade visual e tátil em dispositivos *touchscreen*”, defendida na UFC em 2012. A pesquisa traz o estudo de tecnologias que podem facilitar a interação do deficiente visual com dispositivos móveis *touchscreen* e a implementação dos aplicativos (LêBraille - Editor de texto; LêBrailleTWT – Cliente *Twitter* e LêBrailleSMS – *Software* de envio/recebimento de mensagens SMS) com interface acessível através de *feedbacks* sonoros e tácteis,

na plataforma *Android*, proporcionando acessibilidade ao deficiente visual, através da leitura e acessibilidade de dispositivos *touchscreen*.

A dissertação “Um modelo de audiogame móvel acessível e customizável para práticas ortográficas com o Braille” defendida em 2016, na UFC, apresenta um modelo de *audiogame* móvel acessível e customizável para práticas ortográficas com o *Braille*, contribuindo de forma significativa para proficiência leitora do deficiente visual. O modelo de *audiogames* móveis acessíveis para a prática do sistema de escrita Braille, para deficientes visuais, o Ortomonstro, *audiogame* educativo que utiliza perguntas, respostas “Em cada jogada, é exibida uma pergunta, e o jogador precisa escrever uma palavra completa ou parte da palavra como resposta, a depender do nível do jogo, inserindo todas as letras, uma por vez” (Araújo, 2016).

A dissertação intitulada “Áudio *games* no processo de aprendizagem de deficientes visuais: análise sob o aspecto da mediação da informação” defendida em 2018, apresenta a análise e caracterização da percepção dos professores e estudantes na aplicabilidade dos áudios *games* como ferramenta de mediação da informação. A pesquisa mostra os áudios *games* e como podem auxiliar o professor na mediação da informação com os estudantes favorecendo o letramento em Leitura dos alunos com deficiência visual.

A dissertação “O uso da audiodescrição como ferramenta no ensino de língua inglesa na escola pública” defendida em 2024, traz uma rica contribuição com o estudo que evidenciar como a produção de roteiros de Audiodescrição (AD) pode favorecer o desenvolvimento da habilidade de escrita (*writing*) em inglês. Ao analisar esse processo no contexto de livros didáticos e por meio do trabalho em células cooperativas, o estudo mostra que a AD não só promove acessibilidade, como também estimula a construção coletiva do conhecimento, o uso criativo da língua e o engajamento dos estudantes em atividades significativas de escrita.

Nesse contexto, foi encontrada a dissertação defendida em 2024, na UFC, “Guia interativo para auxiliar professores no ensino de língua espanhola para pessoas com deficiência visual mediado por tecnologias digitais”, que traz uma rica contribuição com um Guia de Análise de *Softwares* destinado a professores de idiomas, com o intuito de diversificar as metodologias de ensino e fortalecer a inclusão, voltado para o ensino de línguas estrangeiras. Assim, cinco professores de Espanhol que atuaram nas fases anteriores do estudo elaboraram o Guia e

destacaram sua relevância para a prática docente, recomendando-o a colegas que buscam integrar ensino de idiomas e acessibilidade.

A dissertação “Educação musical para estudantes com deficiência visual mediada pela flauta doce”, defendida em 2024 na UFC, apresenta uma pesquisa que se utiliza da leitura das musicografias Braille durante a aprendizagem musical.

A pesquisa teve como sujeitos estudantes com cegueira irreversível congênita, microftalmia bilateral congênita (cegueira categoria 5), retinopatia da prematuridade congênita (baixa visão severa categoria 2), atrofia óptica cegueira legal (adquirida) (Cegueira categoria 3), atrofia óptica congênita e ambliopia irreversível (baixa visão moderada categoria 1). Esta pesquisa elenca as competências e habilidades necessárias ao ensino da flauta doce, desenvolvendo (a escuta, a percepção e a apreciação dos sons, as técnicas da flauta doce e a percepção tátil [...] (Almeida, 2024, p. 58), nesta pesquisa foram identificadas adaptações no ensino e no material didático para escolares com baixa visão (textos ampliados em tinta, recursos ópticos e tecnologias da informação e comunicação), e para discentes cegos (transcrição de partitura e textos para *Braille*, leitores de telas, e sintetizadores de voz).

A busca no repositório do IFCE- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, não obteve resultados dentro dos descritores para esta pesquisa. Foram encontradas 124 Dissertações, disponíveis para consulta na página atualizada nos anos de 2017 a 2024. No endereço: <https://ifce.edu.br/fortaleza/pgecm/dissertacoes>. Porém, sem correlação a nossa busca: deficiência visual e leitura

A busca no repositório da UVA- Universidade Estadual do Vale do Acaraú, foram encontradas 153 Dissertações, apenas 1 contemplava a temática da deficiência visual, mas no contexto da Cartografia, estavam disponíveis para consulta apenas as dissertações de 2014 a 2023.1, no endereço: [https://ww2.uva.ce.gov.br/apps/view/listagem\\_dissertacoes.php?buscar=1204](https://ww2.uva.ce.gov.br/apps/view/listagem_dissertacoes.php?buscar=1204).

A partir do levantamento realizado em três instituições: IFCE (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará), UVA (Universidade Estadual Vale do Acaraú) e UFC (Universidade Federal do Ceará), observou-se que apenas a Universidade Federal do Ceará apresentou dissertações que atendem aos descritores relacionados à proficiência leitora de pessoas com deficiência visual.

Essa constatação revela a escassez de pesquisas na área, evidenciando uma lacuna significativa na produção acadêmica voltada a essa temática.

A ausência de trabalhos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará e na Universidade Estadual Vale do Acaraú pode refletir tanto a priorização de outras linhas de pesquisa como também a necessidade de ampliar o olhar para as demandas educacionais de pessoas cegas ou com baixa visão, sobretudo no que diz respeito ao processo de desenvolvimento da leitura e compreensão textual nesse público.

Embora a Universidade Federal do Ceará apresente iniciativas relevantes, com estudos voltados à inclusão e ao uso de tecnologias assistivas, ainda se trata de um campo em construção que carece de aprofundamento e expansão. A proficiência leitora é um aspecto essencial da formação educacional e da autonomia de pessoas com deficiência visual, o que torna urgente o incentivo à produção científica comprometida com esse tema.

Assim, é necessário fomentar, nas diferentes instituições de ensino superior, linhas de pesquisa que contemplem de forma efetiva práticas pedagógicas inclusivas, recursos acessíveis e metodologias voltadas à aprendizagem da leitura direcionada às pessoas com deficiência visual, contribuindo para a efetivação dos direitos educacionais e para a construção de uma escola inclusiva.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo, ao realizar uma revisão bibliográfica das pesquisas sobre deficiência visual e proficiência leitora em Língua Portuguesa em três instituições públicas do Ceará, buscou-se identificar estratégias e recursos que contribuam para o desenvolvimento da leitura em alunos com deficiência visual. A pesquisa revelou importância nos estudos revisitados, propostas de intervenção pedagógica, análise de materiais didáticos, discussões teóricas, levantamento de recursos tecnológicos e estudos sobre a formação de professores e políticas públicas.

Os resultados encontrados nos repositórios da universidade Federal do Ceará apontam para um esforço crescente na produção de conhecimento com ênfase na deficiência visual voltada para o letramento em Leitura, com foco na busca por práticas pedagógicas inclusivas e no uso de tecnologias assistivas. Como observado neste estudo, este é um campo que necessita de atenção e estímulo a pesquisas

voltadas para o letramento em Leitura dos estudantes com deficiência visual. A maior parte das pesquisas para esse público está concentrada para o domínio da Matemática.

Sendo assim, ainda há desafios a serem superados, como a necessidade de maior investimento na formação continuada de professores, na produção de pesquisas e de materiais didáticos acessíveis, que contribuam para o letramento em Leitura.

Os resultados do PISA reforçam a importância de investir em práticas pedagógicas eficazes que promovam a leitura e a escrita de maneira significativa, garantindo que todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, em especial os deficientes visuais, foco desta pesquisa. Para que os estudantes com deficiência visual/baixa-visão possam desenvolver as competências necessárias para interpretar, argumentar e utilizar a linguagem de forma autônoma e reflexiva.

Durante o levantamento realizado nos repositórios da Universidade Federal do Ceará (UFC), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e da Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA), observou-se uma escassez significativa de pesquisas que abordam diretamente o letramento em leitura de estudantes com deficiência visual matriculados em salas de aula do ensino regular. Esse achado chama atenção, especialmente, em um contexto em que a inclusão educacional é pauta recorrente em políticas públicas, legislações e debates acadêmicos.

Enfim, apesar dos avanços legais e das diretrizes que garantem o acesso de estudantes com deficiência ao ensino comum, o número de estudos que tratam de suas experiências específicas no processo de letramento em leitura ainda é bastante reduzido. Essa ausência levanta questões relevantes que merecem reflexão e investigação mais aprofundada:

- Por que há tão poucas pesquisas voltadas para o letramento em leitura de estudantes com deficiência visual no ensino regular?
- Estariam os professores enfrentando dificuldades para adaptar práticas pedagógicas que favoreçam a aprendizagem da leitura por esses estudantes, dentro da diversidade da sala comum?
- Será que tais práticas já ocorrem, mas permanecem restritas ao cotidiano escolar, sem sistematização teórica ou divulgação nos meios acadêmicos?

- A formação inicial e continuada tem sido suficiente para preparar os docentes para atuar com letramento inclusivo?

- Ou ainda, há uma visão equivocada de que o desenvolvimento da leitura em estudantes com deficiência visual deve ocorrer exclusivamente em ambientes especializados, como as Salas de Recursos Multifuncionais?

Este estudo contribui para ampliar a discussão sobre a inclusão de alunos com deficiência visual no contexto educacional cearense, oferecendo um recorte de pesquisas que estão sendo realizadas e apontando a necessidade de produção científica voltada para o letramento em Leitura dos alunos deficientes visuais que se encontram matriculados, nas salas de aula do ensino regular.

Espera-se que os resultados aqui apresentados possam subsidiar a formulação de políticas públicas e a implementação de práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes, garantindo o direito à educação de qualidade para todos os estudantes.

É fundamental que a sociedade, a escola e os educadores se unam em um esforço contínuo para promover a inclusão e garantir que alunos com deficiência visual tenham acesso a uma experiência de leitura significativa e enriquecedora, que lhes permita desenvolver todo o seu potencial e participar ativamente da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, I. C. L. de. Educação musical para estudantes com deficiência visual mediada pela flauta doce. **Dissertação de Mestrado** Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Ceará. 2024. 92f. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/76807>. Acesso em 25 de abr. 2025.

ARAÚJO, M. da C. C. Um modelo de audiogame móvel acessível e customizável para práticas ortográficas com o Braille. 2016. **Dissertação de Mestrado** em Ciências da Computação do Departamento de Computação do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/46812>. Acesso em 28 abr. 2025.

AZEVEDO, T. M.; ROWELL, V. M. A língua portuguesa como instrumento de aquisição de conhecimentos no ensino fundamental: algumas reflexões. **Teorias do discurso e ensino**, p. 12, 2009.

BARROS, J. S. dos R. **Guia interativo para auxiliar professores no ensino de língua espanhola para pessoas com deficiência visual mediado por**

**tecnologias digitais.** 2024.102 f. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/78344>. Acesso em 20 de abr. 2025.

BRANDÃO, J. C.; MAGALHÃES, E. B. **Vivências e convivências com a deficiência visual.** 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 1.428, de 12 de setembro de 1854. **Institui o Instituto Benjamin Constant e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 set. 1854.

BRASIL. Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais. In: **CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: ACESSO E QUALIDADE,** 1994, Salamanca, Espanha. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427>. Acesso em: 12 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm). Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (**Estatuto da Pessoa com Deficiência**). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13146.htm). Acesso em: 10 de out. de 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 17 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 17 out. 2024.

BRASIL. Relatório Brasil: **resultados do PISA 2018.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/avaliacao-e-exames/internacionais/pisa/resultados>. Acesso em: 29 abr. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. **Notas sobre o Brasil no PISA 2022.** Brasília: Inep, 2023. Disponível em:

[https://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/pisa/resultados/2022/pisa\\_2022\\_brazil\\_prt.pdf](https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2022/pisa_2022_brazil_prt.pdf). Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>. Acesso em: 23 abr. 2025.

COMISSÃO BRASILEIRA DE BRAILLE. **Código Matemático Unificado para a Língua Portuguesa**. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 1998.

FAÇANHA, A. R. Uma proposta para acessibilidade visual e tátil em dispositivos touchscreen. 2012. **Dissertação (Mestrado)**–Universidade Federal do Ceará, Curso de Pós-graduação em Ciência da Computação. 109 f. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/16869>. Acesso em 27 de abr. 2025.

GIRÃO, I. P. T. Áudio games no processo de aprendizagem de deficientes visuais: análise sob o aspecto da mediação da informação. 2018. 150f. **Dissertação (Mestrado)**. Mestrado Acadêmico em Ciência da Informação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/36488>. Acesso em 20 de abr. 2025.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Anuário Estatístico do Ceará. 2020**. Acesso: [https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2022/01/ipece\\_informe\\_205\\_20\\_jan\\_2022.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2022/01/ipece_informe_205_20_jan_2022.pdf)

MANTOAN, M. T. E.; LANUTTI, J. E. de O. E. **A escola que queremos para todos**. Editora CRV, 2022.

MELO, E. *et al.* Perspectiva Inovadora nas Políticas Públicas de Inclusão: Desafios e Oportunidades para Inclusão da Criança com Deficiência Visual na Família, na Escola e na Sociedade. **Caderno de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia**, v. 7, n. 1, p. 103-112, 2025.

OCDE. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)**. 2024. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

RIBEIRO, L. O. M. A inclusão do aluno com deficiência visual em contexto escolar:afeto e práticas pedagógicas. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v.13, n. 1, p. 008–032, 2017.

SILVA, J. R. R. da. O uso da audiodescrição como ferramenta no ensino de língua inglesa na escola pública. 2024. 149 f. **Dissertação de Mestrado** Programa de Pós Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal do Ceará Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/77560>. Acesso em 20 de abr. 2025.

WANJA, S. ; MURUGAMI, M. ; BUNYASI, B. Níveis de alfabetização em braille entre alunos com deficiência visual em escolas especiais no Quênia. **European Journal of Special Education Research** , v. 7, n. 2, 2021.